



FILIAIS E AGÊNCIAS

- FILIAL DA RUA DO OURO -

Um pouco de História¹

A implementação da filial da Rua do Ouro encontra-se estritamente relacionada com a construção das instalações da Caixa Geral de Depósitos no quarteirão delimitado pela Rua do Ouro, Rua de São Julião, Rua Nova do Almada e Rua da Conceição, em Lisboa, devido à necessidade de instalar os serviços que se encontravam nos edifícios dos ministérios da Justiça e do Interior.

Ao abrigo dos despachos ministeriais datados de 27 de abril de 1923, e de 17 e 27 de março de 1924, a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP) instalou alguns serviços nos edifícios onde se encontravam os ministérios da Justiça (Rua do Ouro, nº 4) e do Interior (Rua do Comércio).

Em 23 de dezembro de 1948, através do Ofício nº 16572, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOP), informou o Administrador Geral da CGDCP da necessidade desta entidade desocupar os espaços a fim de serem realizadas obras com vista à remodelação do edifício que iria ser integralmente ocupado pelo Ministério da Justiça.

Esta situação conheceria nova evolução em 18 de março de 1954 através do Ofício nº 193 assinado pelo engenheiro Diretor da Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos do MOP, Artur Bonneville Franco, da Comissão nomeada para o efeito², onde indica que «*Levo ao conhecimento de V.Ex^a. que por despacho de Sua Ex^a. o Ministro das Obras Públicas vai esta Delegação pôr a concurso em Abril próximo as obras de remodelação total do edifício do Ministério do Interior.*», e informando que iriam ser desenvolvidas ações de sondagem no teto das instalações.

Era o início definitivo dos trabalhos, impondo-se, com premência, a necessidade de desocupação das instalações por parte da CGDCP.

Em 12 de maio de 1955, através do Ofício nº 19 dirigido ao Ministério das Finanças, o Administrador Geral da instituição bancária faz um ponto de situação informando das diligências desenvolvidas para aquisição de edifícios, nomeadamente «*(...) dos prédios que formam o quarteirão circundado pelas*

¹ DPO, Rua do Comércio/Rua do Ouro/Rua do Arsenal, pasta 11, caixa 3 – Arquivo Histórico CGD.

² Ao abrigo do Decreto-Lei nº 32.337/42, publicado em *Diário do Governo*, Iª Série – Nº 246, de 23 de outubro: «*Artigo 1º As obras de construção, ampliação e conservação de edifícios da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência serão administradas e fiscalizadas por uma comissão administrativa dependente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, através da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.*».



ruas de S. Julião, Conceição, Nova do Almada e do Ouro.», e declarando que parte deles já se encontram demolidos tendo-se iniciado a sua reconstrução.

Na mesma data, e de acordo com o Ofício nº 20, remetido pela Administração da CGDCP ao Diretor Delegado, a Administração da instituição salienta o facto de ter formalizado junto da Comissão o pedido para a realização das obras, e desaconselhando a transferência dos serviços para outro local (edifício do Banco da Agricultura na Rua do Ouro, sugerido pela Comissão), alertando, inclusive, para o valor do equipamento de mecanização dos serviços, pois o mesmo encontrar-se-ia exposto às impossibilidades da execução das obras.

A necessidade de desocupação das instalações surge reforçada pelo Ofício nº 493, de 12 de julho de 1955, oriundo da referida Direção das Novas Instalações do MOP e dirigido à Administração da CGDCP, no qual se salienta os transtornos registados à normal progressão das obras a existência dos serviços bancários nas instalações.

Através do Ofício nº 597-A.P., de 30 de junho de 1962, a Administração da CGDCP, respondendo a solicitação do Ministério do Interior (Ofício nº 612 - Pº 70 - Lº 45, de 11 de junho desse ano), informa que a conclusão das obras para a transferência da Caixa Económica Portuguesa do edifício desse Ministério para a Rua do Ouro, estaria prevista para 1964, conforme prazo definido no Decreto nº 43.845/61 o qual indica que *«(...) foi adjudicada a José Pedro Rodrigues Dias, a empreitada geral de acabamentos do edifício da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência da Rua do Ouro (...) para a execução de tais obras (...) está fixado o prazo de 1095 dias (...)»*.

Em 29 de fevereiro de 1964, através do Ofício nº 296-A.P., a CGDCP informa o Diretor Geral da Fazenda Pública de que procede ao envio das *«(...) chaves das portas exteriores das dependências da Rua do Ouro e Rua do Comércio – baixos dos edifícios dos Ministérios do Interior e da Justiça – onde esta Instituição teve instalados os Serviços da Caixa Económica Portuguesa e que acabamos de desocupar.»*

Estava concluído o processo de desocupação e iniciavam-se as atividades no novo espaço.

As demolições e as aquisições³

O processo de transferência iniciou-se, conforme expresso no Ofício nº 286 de 20 de março de 1951, com a adjudicação à firma António Alves Ramos da execução de obras de remodelação do edifício da Rua Augusta, nº 30 a 38, do qual a CGDCP era proprietária (conforme Contrato nº 56787/38 visado pelo Tribunal de Contas em 24 de março de 1950).

³ DPO, Rua do Ouro/Demolições, pasta 27, caixa 4 – Arquivo Histórico CGD.



No entanto, e em virtude do Decreto-Lei nº 37.980, de 23 de setembro de 1950, a Caixa vendeu o prédio ao Banco Nacional Ultramarino recebendo, em contrapartida, prédios situados no quarteirão acima referido.

Em 17 de julho de 1951 foi adjudicada à firma Dores e Simões Lda. a empreitada relativa à demolição da Igreja da Conceição Nova, propriedade do Patriarcado de Lisboa, e do prédio anexo da Chapelaria High Life, na Rua de S. Julião em Lisboa, tendo a mesma sido concluída em 17 de julho de 1953 (Ofícios nºs 787 e 1526).

Paralelamente, foram retirados (pela firma Diamantino Francisco Tojal) vários elementos arquitetónicos e de culto a serem utilizados na Nova Igreja de S. João de Brito, como sejam «(...) os altares, painéis de azulejos com motivos religiosos, algumas cantarias e ornatos interiores e ainda, dum modo geral tudo o que possa interessar ao culto.», após o parecer favorável da Administração da Caixa expressa no Ofício nº 698 de 02 de julho de 1951 da Delegação das Novas Instalações.

No âmbito de aquisição dos prédios no quarteirão em causa, a Caixa adquiriu, nos finais do ano de 1952, diversos imóveis: aos herdeiros de Arnaldo Ventura, sito na Rua da Conceição, nºs 147 a 149; à Viscondessa de Sanches de Baena, sito na Rua da Conceição, nºs 151 a 155 (onde se encontrava a “Estação das Troncas” da Companhia Anglo Portuguesa dos Telefones) e ao Banco da Agricultura (1928-1978), sito na Rua S. Julião, nºs 188 a 198.

As edificações

A transferência dos serviços em causa, implicaram a implementação de condições de funcionamento e operacionalidade que visaram dotar os espaços com as instalações adequadas aos serviços ali desenvolvidos, quer administrativos quer de atendimento aos clientes.

Devido à amplitude de trabalhos a realizar, os mesmos foram desenvolvidos em quatro fases distintas, mas complementares e sequenciais, sendo o projeto da autoria do arquiteto Cândido Palma Teixeira de Melo.

1ª Fase⁴

Na sessão do Conselho Superior de Obras Públicas, 2ª Subsecção da 3ª Secção, realizada em 13 de outubro de 1953, foi emitido o Parecer nº 2.432, dirigido ao Ministro das Obras Públicas relativo ao projeto de construção do edifício da Caixa na Rua do Ouro.

Nesse Parecer é referido que a Caixa pretende construir um edifício ocupando o quarteirão em estudo «(...) para nele instalar “diversos serviços, hoje dispersos por vários locais”. Esse edifício

⁴ DPO, Rua do Ouro/1ª Fase, pasta 28, caixa 4 – Arquivo Histórico CGD.



ficará com cave, rés-do-chão, 4 andares e águas-furtadas e “será reintegrado exteriormente no conjunto Pombalino”».

De acordo com este documento, o quarteirão possuía uma área de 2.076m² e, após a conclusão das obras previstas, o edifício apresentaria as seguintes dimensões: para as ruas do Ouro e Nova de Almada, teria uma frente de 32,90m; para as ruas da Conceição e S. Julião seria uma frente de 63,10m. Como área de utilização, seriam cerca de 10.000m².

A distribuição dos serviços pelos diversos pisos relacionava-se com as características da atividade desenvolvida e com o atendimento ao público. Assim, a cave seria ocupada pelas casas-fortes, vestiários e instalações sanitárias; o rés-do-chão e o 1º andar destinavam-se aos serviços de tesouraria; os 2º, 3º e 4º andares alojariam as diversas repartições; os arquivos seriam instalados nas águas-furtadas.

Particularizava-se a instalação de um saguão dotado de um lanternim envidraçado ao nível do último piso, que facultaria iluminação e ventilação na parte central do edifício, possuindo, ao nível do rés-do-chão, a largura de 5m por 25m de comprimento e de 5m por 42m ao nível dos pisos superiores.

Os pisos administrativos seriam compartimentados com recurso a divisórias envidraçadas amovíveis, com o objetivo de se adaptarem à tipologia dos serviços que ali se instalassem.

As paredes exteriores das fachadas, e com vista a enquadrarem-se na imagem dos edifícios circundantes, seriam revestidos a pedra. As paredes da mansarda seriam em betão armado, a armação do telhado em madeira e a cobertura em telha tipo “Campos” com beirado à portuguesa.

O projeto contemplava a construção em betão armado e paredes em alvenaria, devendo a estrutura se adequar aos efeitos dos sismos e assegurar-se a incombustibilidade dos materiais aplicados.

A receção definitiva da obra referente à 1ª fase, adjudicada à firma Grave & Minas, Lda. pelo Contrato nº 62.712/929 de 22 de outubro de 1955 no valor de 2.939.000\$00 (com um Termo Adicional de 8 de abril de 1957 no valor de 161.348\$80), foi registada em 7 de setembro de 1959 e assinada pelos engenheiros José Espregueira Mendes e José Agostinho Pinto Freire de Figueiredo e Castro, da Comissão de Receção nomeada por despacho ministerial de 21 de janeiro de 1959.

2ª Fase⁵

O Ofício nº 488, de 10 de julho de 1956, da Delegação das Novas Instalações salienta que, por se encontrarem alguns serviços da Caixa Económica Portuguesa nos edifícios dos ministérios, «(...) *não se conseguirá evitar sérios e incalculáveis embaraços e prejuízos à reinstalação do Ministério do*

⁵ DPO, Rua do Ouro/2ª Fase, pasta 30, caixa 4 – Arquivo Histórico CGD.



Interior (...)», sugerindo a instalação provisória desses serviços no edifício do Banco da Agricultura, existente no quarteirão em estudo.

No entanto, e conforme expresso no Ofício nº 1248 do Diretor Delegado, de 12 de novembro de 1956, a Caixa apresentava relutância na solução sugerida porque nesses serviços encontrava-se um importante cofre «(...) em virtude de se tratar do maior cofre existente no País com cerca de 1 milhão e meio de contos de depósitos (...)».

Em 19 de novembro de 1956, pelo Ofício nº 1309, o Diretor Delegado coloca à consideração do Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais o projeto de remodelação da 2ª fase (onde se incluía o edifício do Banco da Agricultura), tendo a Comissão de Revisão exarado em 21 de janeiro de 1957 o Parecer nº 297 assinalando algumas alterações.

A CGDCP, em 5 de fevereiro de 1957 (Ofício nº 276-A.P.), solicita ao Diretor Delegado a maior brevidade nas obras devido ao acréscimo de público nas instalações da Caixa Económica Portuguesa no Ministério do Interior e às obras em curso, fatores que influíam na qualidade do atendimento.

Em 11 de abril do mesmo ano, é realizado o auto de abertura de propostas tendo sido as mesmas consideradas como concluídas pelo Diretor Delegado em 6 de janeiro de 1960.

O auto de receção definitiva da obra referente à 2ª fase, adjudicada à firma Grave & Minas, Lda. pelo Contrato nº 65.094/466 de 28 de junho de 1957 no valor de 2.873.117\$10, foi registado em 7 de setembro de 1959 e assinado pelos engenheiros José Espregueira Mendes e José Agostinho Pinto Freire de Figueiredo e Castro, assim como pelo arquiteto Artur Pires Martins, e pelos elementos da Comissão de Receção nomeada por despacho ministerial de 12 de fevereiro de 1960.

3ª Fase⁶

O Parecer nº 298 da Comissão de Revisão do MOP, datado de 21 de janeiro de 1957, debruça-se sobre o projeto proposto, da autoria do arquiteto Cândido Palma Teixeira de Melo (Ofício nº 1416), para a 3ª fase que incidiria sobre o gaveto da Rua do Ouro com a Rua da Conceição, tendo obtido autorização do Subsecretário de Estado (em 15 de março esse ano) para a realização do concurso, cuja abertura de propostas ocorreu em 11 de abril do mesmo ano.

Em documento da Comissão Administrativa das obras da CGDCP – MOP (s/ referências), são elaboradas algumas considerações sobre a localização mais conveniente da sala de atendimento ao público, considerações que, apesar da falta de referenciação, assinatura e datação, se apresentam como de interesse.

⁶ DPO, Rua do Ouro/3ª Fase, pasta 31, caixa 4 – Arquivo Histórico CGD.



São colocadas duas opções para disponibilização da sala de público, localizada no rés-do-chão:

- Sala contornando o edifício, disponibilizando um balcão de 110m, com 610m² de área afeta ao público e 910m² aos serviços;
- Sala central, com 73m de balcão, 390m² destinados ao público e 1069m² para os serviços.

São referidas algumas vantagens da sala contornando o edifício, pois é salientado «(...) que, em face da crescente mecanização e progresso no desempenho dos serviços a área interior das reparações por metro linear de balcão tenderá sempre e cada vez mais a diminuir (...) poderá conseguir mais do que uma entrada por ruas diferentes (...) Na hipótese da Caixa vir a adoptar [a solução de sala central] deve-se notar, a título informativo, o maior dispêndio e demora das obras pela necessidade de modificação do sistema resistente do edifício provocada pela abertura do vazio da sala do público que abrangerá, em toda a altura o 1º andar do edifício, que neste piso provoca, conseqüentemente, uma diminuição da área utilizável.».

A receção definitiva da obra referente à 3ª fase, adjudicada à firma Grave & Minas, Lda. pelo Contrato nº 65.090/462 de 27 de junho de 1957 no valor de 1.791.659\$10, foi assinada em 30 de abril de 1962 pelos engenheiros José Espregueira Mendes e José Agostinho Pinto Freire de Figueiredo e Castro, da Comissão de Receção nomeada por despacho ministerial de 10 de janeiro de 1962.

4ª Fase⁷

Esta fase da construção do edifício foi composta por dois momentos de execução de obras.

Inicialmente, e conforme expresso no Parecer nº 400 da Comissão de Revisão do MOP, foram efetuados trabalhos com vista à construção da Cave, espaço que seria dividido em duas áreas distintas: uma destinada à instalação dos cofres de aluguer e arquivo; a outra dotada de sanitários, vestiários e zonas técnicas (cabine de alta tensão, esgotos, bombas hidráulicas e central de aquecimento). A empreitada foi adjudicada à firma Júlio Cismeiro.

A sequência dos trabalhos incidiu sobre a área onde se localizava o edifício do extinto Banco do Minho (1864-1930), conforme Ofício nº 358, de 27 de março de 1958, do Diretor Delegado para o Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Em 29 de maio de 1958, foi elaborado o auto de abertura das propostas, tendo os trabalhos sido adjudicados à empresa Grave & Minas, Lda..

Através da Nota nº 1002, datada de 8 de março de 1961, a CGDCP define os modelos e quantidades dos cofres de aluguer a instalar nas casas-fortes. Assim, eram indicados três modelos da marca Chubb, num total de 1530 unidades.

⁷ DPO, Rua do Ouro/4ª Fase, pasta 35, caixa 5 – Arquivo Histórico CGD.



O auto de receção definitiva referente aos trabalhos da Cave, adjudicados à firma Júlio Cismeyro pelo Contrato nº 66.908/1008, de 1 de outubro de 1958, e com um Termo Adicional de 21 de março de 1959, no valor global de 2.648.329\$50, foi assinado em 27 de novembro de 1961 pelos engenheiros José Espregueira Mendes, José Agostinho Pinto Freire de Figueiredo e Castro, e pelo arquiteto Artur Pires Martins, elementos da Comissão de Receção nomeada por despacho ministerial de 9 de fevereiro de 1961.

O auto de receção definitiva referente aos trabalhos da na zona do extinto Banco do Minho, adjudicada à firma Grave & Minas, Lda, pelo Contrato nº 66.907/1007, de 1 de outubro de 1958, e com dois Termos Adicionais de 2 de abril de 1959 e 25 de abril de 1960, no valor total de 2.965.570\$20, foi assinado em 30 de abril de 1962 pelos engenheiros José Espregueira Mendes e José Agostinho Pinto Freire de Figueiredo e Castro, da Comissão de Receção nomeada por despacho ministerial de 10 de janeiro de 1962⁸.

A filial abriu ao público em 16 de dezembro de 1963 e «(...) *tinham passado mais de trinta anos sobre as primeiras tentativas para conseguir, na zona da Baixa, uma instalação que correspondesse à dimensão e importância da instituição.*»⁹.

Segundo relatório de José Espregueira de julho de 1964, em contrato visado pelo Tribunal de Contas em 16 de outubro de 1961 foram adjudicados à empresa José Pedro Rodrigues Dias os acabamentos gerais do edifício pelo valor de 766.099\$40, com prazo de duração de 3 anos, prolongado, por vicissitudes várias, para 1965.

Em 1966, foi considerada como concluída a construção do edifício que ocupa o quarteirão da Rua do Ouro.

⁸ DPO, Rua do Ouro/4ª Fase, pasta 36, caixa 5 – Arquivo Histórico CGD.

⁹ PEREIRA, Raul da Silva, *História da Caixa Geral de Depósitos*, Edição do Autor - Patrocinada pela Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, 2007, p. 326.



Referências bibliográficas

- Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos;
- *Boletim de Informação Interna*, nº 4 de janeiro de 1984;
- BRITES, Joana Rita da Costa, *O Capital da Arquitectura (1920-1970)*, Vol. II, Universidade de Coimbra – Faculdade, 2012;
- BRITES, Joana Rita da Costa, *O Capital da Arquitectura (1920-1970)*, Vol. III, Universidade de Coimbra – Faculdade, 2012;
- FARIA, Miguel Figueira de; MENDES, José Amado (Coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa - Séculos XIX e XX*, Volume I - “Instituições Bancárias”, Imprensa Nacional da Casa da Moeda; Lisboa, 2013;
- LAINS, Pedro, *História da Caixa Geral de Depósitos 1910-1974: política, finanças, e economia na República e no Estado Novo*, Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008;
- PEREIRA, Raul da Silva, *História da Caixa Geral de Depósitos*, Edição do Autor - Patrocinada pela Caixa Geral de Depósitos, Lisboa, 2007.

Joaquim Pombo Gonçalves

Gabinete do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Maio de 2015

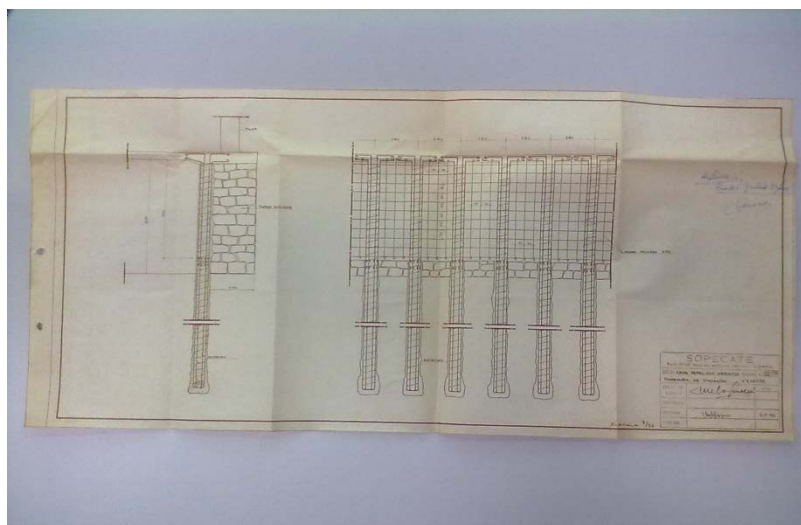




GALERIA DE FOTOS



Primeiras instalações da Caixa Geral de Depósitos
Ministério da Justiça – Praça do Comércio – S/d.
Fonte: Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos



Peça desenhada nº 72/59 – Pormenores de fundações nº F347/58
3ª Fase – 2 de outubro de 1959
Fonte: Pasta 34, Caixa 4, Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos.



Edifício da filial da Rua do Ouro
Alçado da Rua do Ouro – S/d.

Fonte: Direção Negócio Imobiliário – Caixa Geral de Depósitos.



Edifício da filial da Rua do Ouro
Gaveto da rua do Ouro com a rua S. Julião – S/d.

Fonte: Direção Negócio Imobiliário – Caixa Geral de Depósitos.



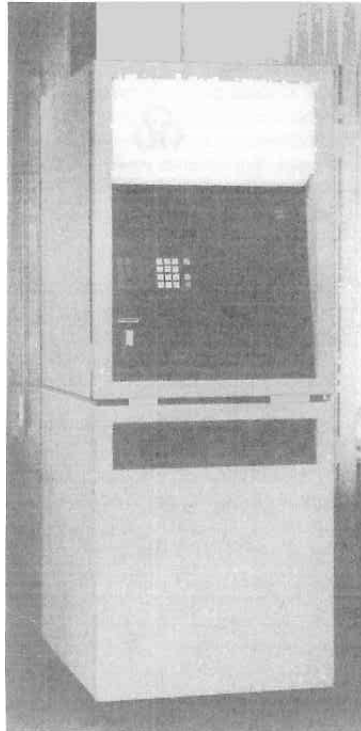
Edifício da filial da Rua do Ouro
Alçado da Rua da Conceição – S/d.

Fonte: Direção Negócio Imobiliário – Caixa Geral de Depósitos.



Edifício da filial da Rua do Ouro

Gaveto da rua Nova do Almada com a rua da Conceição – S/d.
Fonte: Direção Negócio Imobiliário – Caixa Geral de Depósitos.



ATM experimental

Fonte: Boletim de Informação Interna, nº 4
Janeiro de 1984 – Caixa Geral de Depósitos